



Concepções Históricas da Alfabetização na Leitura e Escrita no contexto das escolas públicas

Alessandra de Jesus Lobato¹; Joelson Rodrigues Miguel²

Resumo: O presente estudo discute Concepções Históricas da Alfabetização na Leitura e Escrita no contexto das escolas públicas. Trata-se de um estudo de revisão integrativa, utilizando como aporte teórico autores como: Rojo (2009), Soares (2016, 2017 e 2018), Carvalho (2015) Ferreiro e Teberosky (2007) e Freire (1996). Os resultados nos levaram a crer que é preciso que as políticas públicas estaduais e municipais, busquem avaliar melhor as premissas aqui descritas, e proponham capacitações continuadas mais adequadas na formação dos educadores da Educação Básica.

Palavras-Chave: Aprendizagem. Educação Básica. Formação. Alfabetização.

Historical Conceptions of Literacy in Reading and Writing in the context of public schools

Abstract: This study discusses Historical Conceptions of Literacy in Reading and Writing in the context of public schools. This is an integrative review study, using as theoretical support authors such as: Rojo (2009), Soares (2016, 2017 and 2018), Carvalho (2015) Ferreiro and Teberosky (2007) and Freire (1996). The results led us to believe that it is necessary that state and municipal public policies, seek to better evaluate the premises described here, and propose more appropriate continued training in the education of Basic Education educators.

Keywords: Learning. Basic education. Formation. Literacy.

Introdução

A questão do fracasso escolar no Brasil, que aponta para a necessidade de o aluno ser capaz de utilizar os saberes de leitura e escrita, para dar conta do dia a dia, não é nova, muito pelo contrário, ela vem nos assombrando há décadas. Mais precisamente, desde o primeiro momento no qual as crianças passaram a ser consideradas discentes.

¹ Mestrado em Educação pela Florida Christian University, Orlando, Flórida, USA. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Coordenação pedagógica pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá. Docente efetiva do Estado do Amapá.

² Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción – PY. Pós-Doutorado pela Universidade Autónoma de Asunción – PY. Pós-Doutorando pela Florida Christian University. Participa dos programas de Educação EAD, Education Without Borders Program. Orientador de Dissertações e Teses pela Florida Christian University. Autor correspondente: joelsonrmiguel@hotmail.com.

Diante a esse contexto, percebe-se, que não se tem dado a devida atenção para esse processo que se transformou indispensável para o cidadão, de acordo com O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019, tem -se mais de 11,3 milhões de analfabeto no Brasil.

Aprender a ler e escrever, é de suma importância para o cidadão, esse processo vai muito além de codificar e decodificar, ele leva a pessoa a se inserir na cultura escrita e nas práticas socioculturais de oralidade, leitura e escrita. E, são vários os fatores determinantes que prejudicam aquisição da alfabetização e do letramento.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), comprova a realidade do quadro educacional no Brasil, com diversos municípios apresentando dificuldades na das habilidades de leitura e escrita. Estas dimensões ainda representam um grande desafio para a política Pública do país.

Trata-se de uma discussão embasada nos estudos dos seguintes autores: Aranha (1996) e Soares (2016, 2017 e 2018) que trata das concepções históricas da alfabetização de leitura e escrita; Libâneo (2008) e Carvalho (2015), enfatiza as práticas de ensino como fator determinante para a apropriação da leitura e escrita e o protagonismo do alunado. Discute um diálogo entre a teoria e a prática; Nõvoa (1992) e Freire (1996), discorrem sobre as contribuições da formação inicial e continuada para o processo de aprendizagem. Ferreiro; Teberosky (2007) e Soares (2016), relatam as implicações divergentes dos métodos na alfabetização; e, Rojo e Barbosa (2009, 2015), que ainda evidenciam a importância da alfabetização na perspectiva dos multiletramentos.

Concepções Históricas da Alfabetização na Leitura e Escrita

Não tem como falar de um tema, ou aprofundar-se sobre ele, sem antes conhecer a sua historicidade. Para entender o presente, precisa-se compreender o passado, até para que se possa construir projetos para o futuro de uma forma mais pertinente, evitando “erros” cometido anteriormente. Precisa-se ter cautela, pois, muitas práticas exercidas hoje, ditas como inovadoras, já foram feitas no passado e não deram certo, visto que se tem ignorado a história.

De acordo com Aranha (1996):

[...] A história é a interpretação da ação transformadora do homem no tempo. A pedagogia é a teoria crítica da educação, isto é, da ação do homem quando transmite ou modifica a herança cultural. [...] o homem é um ser histórico, já que suas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrenta os problemas não só da vida coletiva, como também da experiência pessoal (ARANHA, 1996, p.15).

A história da alfabetização é construída em torno da utilização das cartilhas durante quase todo o percurso, elas eram tidas como uma receita, e com isso buscava-se o melhor método para alfabetizar. Essa metodização do ensino da língua escrita, com as primeiras cartilhas, aconteceu no período da proclamação da república. Contudo, há um período por volta dos anos 80, que acontece a desmetodização, através da pesquisa realizada por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1980).

Corroborando Bernardes (2015):

[...] a atuação de professores formados pela Escola Normal de São Paulo (ENSP) foi caracterizada pela defesa do método analítico para o ensino da leitura e escrita no âmbito de pelo menos dois tipos de disputas inter-relacionadas: a disputa entre os defensores dos métodos- que além de defender esses métodos por considera-los mais rápidos e eficientes do que os analíticos, continuavam produzindo cartilhas neles baseadas- e os defensores do “ novo e revolucionário” método analítico- “moderno” e “ mais modernos”- travada em torno dos diferentes modos de se processar o método analítico para o ensino da leitura – a palavrção, a sentencição ou a história (ibidem) (BERNARDES, 2015, p. 93-94).

Embora décadas já tenham se passado, continuamos na busca da educação de qualidade, entre erros e acertos, entre vindas e idas, procura-se saber quais os fatores responsáveis e qual a natureza da dificuldade para alfabetizar? Que a alfabetização é imprescindível para a sociedade, isso é óbvio. Mas, o que se tem feito para alcançá-la?

Perante a isso, compreender os processos pelos os quais se aprende a ler e escrever, não é nada fácil. Aprender a ler e escrever requer um conjunto de procedimentos de análise e de reflexão sobre a escrita. A história da alfabetização no Brasil, concentra-se no registro sobre os altos índices de analfabetismo, nos primeiros anos de escolarização, além de focalizar na avaliação dos métodos de ensino da leitura e da escrita. A educação como direito social está garantida em vários documentos oficiais, como da constituição federal.

No artigo 205 da Constituição Federal (2018) consta:

A educação direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2018, p. 85-86).

Ao longo da história da humanidade, construiu-se diversos sistemas de escrita. O sistema alfabético de escrita no Brasil, é apenas um dos sistemas possíveis. Há os que representam ideias, como os dos chineses e os que representam fonográficos (representam a fala, a série de sons que emitimos quando falamos). Entre os sistemas fonográficos há os que representam silabicamente a pauta sonora, como o do japonês e os que representam alfabeticamente como o português. De acordo Magda Soares (2016), o sistema de escrita português é de representação e notacional, pois o sujeito:

Ao compreender o que a escrita representa (a cadeia sonora da fala, não seu conteúdo semântico), precisa também aprender a notação com que, arbitrária e convencionalmente, são representados os sons da fala, (os grafemas e suas relações com os fonemas, bem como a posição desses elementos no sistema) (SOARES, 2016, p. 49).

No entanto, bem antes dos primeiros registros deixados pelo homem na pedra, através dos pictogramas, já se faziam leitura com os rastros de pegadas de animais, caminhos na floresta, marcação do ciclo lunar, dos dias, pontuações de jogos realizadas em ossos, mensagens em cascas de árvores,

couro, bandeiras, jogos, fumaça entre outros. Nesse sentido, pode-se dizer que todo conhecimento humano é desenvolvido a partir da sua necessidade. Segundo Aranha (1996), “[...]A escrita surge como uma necessidade da administração dos negócios, à medida que as atividades se tornavam mais complexas” (ARANHA, 1996, p. 28).

E foi através da necessidade de se fazer registro, a priori através de desenho, que a escrita foi sendo constituída socialmente e produzida historicamente. Com o passar dos anos, foi-se adquirindo um quantitativo muito grande de símbolos que podiam representar uma palavra ou conceito abstrato, hoje conhecido como ideograma, e de fonográficos, que é o princípio do sistema alfabético português. Como isso, houve a necessidade de pessoas possuidoras desses conhecimentos, passarem a ensinar esses códigos, principalmente para os mais jovens, “[...] o surgimento da escrita potencializa o desenvolvimento científico, tecnológico, psicossocial e também a divisão de classes [...]” (MELO, 2015, p. 27).

Até meados do século XVII, não se fala em sistematização de ensino e estudos científicos das formas de ensinar. O ensino é caracterizado como dogmático aos fundamentos religiosos e verbalista, baseado em memorização e repetição mecânica. A aprendizagem é desenvolvida de forma passiva, sem dar a oportunidade para o aluno de pensar, refletir e reelaborar o objeto de conhecimento.

No Brasil, desde o descobrimento até 1890, não se tem uma organização institucional de sistema escolar. O ensino era muitas vezes realizado nas casas dos “professores”, na época pessoas não capacitadas, mas que possuíam um certo grau de conhecimento. Nesse período há a chegada dos jesuítas, que ficam com a missão de catequisar os índios e educar os filhos dos colonos.

No período da 1ª república, houve uma reorganização dos grupos escolares, trazendo um sistema de horário mais rígidos, currículo programático, fiscalização mais intensiva e métodos de alfabetização acolhido como uma receita. Nesse sentido, no processo de alfabetização, foi dado ênfase a um ensino centrado no professor e nas cartilhas baseadas a priori nos métodos sintéticos e posteriori nos analíticos, denominando-se esse processo com pedagogia tradicional.

Segundo Santos (2015) a escola era:

O espaço, na maioria das instituições de ensino foi construído para atender a um tipo de ferramenta didática: aulas expositivas. Todos os alunos sentados em suas cadeiras individuais, enfileirados, com foco na figura do professor, que profere um discurso na frente da sala. A lousa, “aparato moderno” (no século XVIII), dá sustentação à explanação do mestre. Esse espaço estimula a obediência, a concentração de quem fala na frente e a repetição e cópia do que é palestrado [...] (SANTOS, 2015, 106).

Entre o período que corresponde a 1920-1980, tem-se um relativismo pedagógico em relação aos métodos. O professor começa a ter um pouco mais de autonomia na escolha de sua didática, desprendendo-se dos métodos. Acontece o movimento de crítica e democratização no processo ensino-aprendizagem, em contraposição a pedagogia tradicional, através da pedagogia renovada, a qual é direcionada a aprendizagem centrada no aluno. Nesse período também ganha destaque a criação do

projeto da Lei de Diretrizes e Base – LDB (BRASIL, 2018). A qual, entre outros objetivos, tenta garantir o acesso à escola para todos.

A partir da desconstrução sobre métodos, que a Emília Ferreiro e Ana Teberosky trouxeram em 1980, através de sua pesquisa realizada em Buenos Aires sobre o processo e a forma de como a criança consegue ler e escrever, tem-se um novo olhar sobre o sujeito e a aquisição de sua habilidade lectoescrita. Analisando o período histórico do Brasil, a partir da colonização no século XVI com a vinda dos jesuítas em 1549, percebe-se que nesse período, inicia-se o ensino das primeiras letras, aos nativos e aos filhos dos colonos, com um ensino baseado na pedagogia tradicional, a qual não reconhece o sujeito como cognoscente. Por esta perspectiva, a pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1980), deixa um impacto na história da alfabetização.

Conforme a análise de Mortatti (2006), foi nesse período que:

[...] introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emília Ferreiro e colaboradores. Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questiona a necessidade das cartilhas. Assim, a partir de 1980 inicia-se o quarto momento, caracterizado como “alfabetização: construtivismo e desmetodização” (MORTATTI 2006, p. 10.)

Com a educação jesuítica, a preocupação era estabelecer escolas e ensinar a criança a ler, a escrever, a contar e a cantar, tudo voltado para dogmas religiosos. Posteriormente, os jesuítas não acharam mais necessária a educação para os índios, e então, o ensino se volta somente para os filhos dos colonos, sendo os jesuítas responsáveis pela educação das elites da colônia durante dois séculos seguintes. E assim, uma escola que teria um papel de formar uma sociedade mais justa, solidária e letrada, perdurou uma com desigualdade, discriminatória e analfabeta, por séculos, excluindo pobres, escravos e mulheres desse processo.

Nesse sentido, Soares (2017) enfatiza:

Assim, as expressões “igualdade de oportunidade educacionais” e “educação como direito de todos” tornaram-se, no Brasil, lugares-comuns, num repetido em favor da democratização do ensino, discurso que não foi interrompido nem mesmo durante os regimes autoritários e antidemocráticos dos períodos 1937-1954 (Estado Novo) e 1964-1985 (Ditadura Militar) (SOARES, 2017, p. 14).

Porém, esse panorama tende a ir mudando com o surgimento de leis como; Constituição Federal, de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

Juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública, fundamental a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adulto pode deixar de estudar por falta de vagas, tendo que garantir

não só o acesso à escola, mas a qualidade da educação. E passa a apontar a educação com dever da família e do Estado. A escola, segundo a LDB, tem como função social formar o cidadão, e desse modo, garantir as finalidades registrada no artigo 22: “A educação básica assegura-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2018, p.17).

A preocupação inicial durante os séculos XVI ao XX, para acesso da leitura e escrita, era apenas com o ensino das primeiras letras, que ocorria de forma sistemática e estava voltada às classes dominantes. Ao longo desse momento, já no final do ano de 1910, o termo “alfabetização” começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita. A partir do século XIX, a educação passou a ter um ensino sistematizado através de diversos métodos de alfabetização.

Em síntese, de acordo com Soares (2016):

O diferente peso atribuído, na aprendizagem inicial da língua escrita, a uma ou outra função da escrita – à leitura ou à escrita – e ainda a alternância entre considerá-la como aprendizagem do sistema alfabético-ortográfico - alfabetização – ou como, mais amplamente, também instrução da criança aos usos da leitura e da escrita nas práticas sociais – ao letramento – representam, em última análise, uma divergência sobre em relação ao objeto da aprendizagem: uma divergência sobre o que se ensina quando se ensina a língua escrita (SOARES, 2016, p.27).

A princípio, a alfabetização era tida como um processo meramente de codificação e decodificação, sem levar em consideração o conhecimento prévio do aluno, deixando-o como um ser passivo. Notou-se, que pela memorização e repetição ia-se lendo e escrevendo (codificação e decodificação), porém não se compreendia o que se estava lendo e escrevendo, além de não se saber fazer uso social da leitura e escrita.

Segundo Carvalho (2015):

As teorias educacionais e os métodos de alfabetização, ensinados nos cursos normais e nas faculdades de educação, nem sempre respondem - nem se propõem a responder – às questões cruciais da prática. O senso comum das professoras e a necessidade imediata de resolver os problemas do cotidiano levam-na a desconfiar da palavra dos teóricos e a valorizar a experiência de ensino. Mas quem ainda não tem, faz o quê? CARVALHO, 2015, p. 16).

No final do século XX, com o construtivismo, ocorrem as negações dos métodos tradicionais, gerando discussões teórico-metodológicas até os dias atuais. É a partir de leitura de textos do dia a dia, e não de textos “forjados” como os presentes em cartilhas, que as crianças começam a interpretar e compreender o que está escrito.

Soares (2018) aponta que:

[...] e passa a sujeito ativo capaz de progressivamente (re) construir esse sistema de representação, interagindo com a língua escrita em seus usos e práticas sociais, isto é, interagindo com o material “para ler”, não como material artificialmente produzidos para “aprender a ler”; os chamados pré-requisitos para a aprendizagem da escrita que

caracterizam a criança “pronta” ou “madura” para ser alfabetizada [...] (SOARES, 2018, p. 39).

Hoje, a alfabetização, passa a ser considerada como um processo de construção de hipóteses, no qual, o sujeito torna-se um agente ativo nesse dinamismo. Rojo define alfabetização como uma “ação de alfabetizar, de ensinar a ler e escrever, que leva o aprendiz a conhecer o alfabeto, a mecânica da escrita/leitura, a se tornar alfabetizado” (ROJO, 2009, p. 60).

É na década de 80, que as discussões no Brasil acerca do letramento começaram, através do uso intensificado da escrita e da leitura, advindo com as novas tecnologias da informação e da comunicação, ganhando cada vez mais enfoque e divulgação. Para Carvalho, letrar é formar “indivíduos capazes de usar a leitura e a escrita para fins escolares, profissionais e culturais (CARVALHO, 2015, p. 66)”.

Soares (2018) destaca:

É necessário reconhecer que embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento: este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência de por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2018, p. 64).

Com a invenção do termo letramento, deveria ocorrer a reinvenção da alfabetização, que não deveria limitar-se ao “ler e escrever” mecânico, e sim a interação com a escrita, contemplando seus usos e funções, a apropriação da escrita alfabética pela criança, com sentido, compreensão e significado. Mas afinal, para que aprender a “ler e escrever” e não fazer uso dessa aprendizagem? O que é ler e saber ler?

Para José Morais (2013), ler significa ir além do ato de codificar e decodificar:

Ler implica um sistema mental de tratamento da informação escrita, isto é, um conjunto completo de operação de transformação de representações em outras representações. Essas operações fazem com que a representação de entrada – o sinal gráfico – seja convertido, no fim desse processo incrivelmente rápido, em representações da sua pronúncia e do seu significado (MORAIS, 2013, p. 11).

É comprovado que para aprender a ler, alguém tem que ensinar, pois isso não é um processo espontâneo. Ainda é grande o número de adultos analfabeto, mesmo ele estando inseridos em ambientes letrado, porém, como nunca foram ensinados a ler, não aprenderam. Segundo Terra (2019):

Ler e leitura são atividades humanas e se inserem no mundo da cultura, particularmente do que se denomina cultura letrada. Isso tem uma implicação importante: ler é algo que se aprende. Diríamos sem medo de errar, que é um aprendizado contínuo que se estende por toda a vida. A leitura tem uma função retroalimentadora, pois quanto mais se lê, mais competente leitor nos tornamos (TERRA, 2019, p. 172).

A escrita foi criada como forma de representar a linguagem oral e o pensamento, de maneira que, o que pensamos ou falamos, possa sobreviver. Para aprender a ler e escrever, tem-se que haver a

compreensão do princípio alfabético e conhecimentos de técnicas como segurar o lápis, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para direita, por exemplo. Sobre esse processo do aprender a ler e escrever, Artur Morais (2004) ressalta que:

Qualquer aprendiz de uma escrita alfabética, criança ou adulto, para aprender as conversões daquele sistema (aí incluídas as relações letra-som), precisará dar conta de uma tarefa conceitual: compreender como o sistema funciona. Isso pressupõe desvendar dois enigmas básicos: descobrir o que a escrita nota (ou representa) e descobrir como a escrita cria essas notações. Para chegar a compreender que o que a escrita alfabética nota são os sons das palavras oras e que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba, o indivíduo, necessariamente precisará desenvolver suas habilidades de análise fonológica. Para aprender como sistema alfabético funciona é preciso olhar para o interior destes é preciso dissecar as palavras que os constituem. Dito de forma mais precisa, é preciso exercer uma função metalinguística, em especial aquela modalidade que observa os segmentos sonoros das palavras (MORAIS, 2004, p. 26).

Séculos após o início do processo de alfabetização no Brasil, ainda hoje, são grandes os números de discentes que vão terminando a educação básica, e que apontam a falta de habilidade de leitura e escrita. Segundo o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), em 2017 (BRASIL, 2017), os anos iniciais da rede pública, atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0. O processo de aprendizagem precisa melhorar, para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil).

Segundo Antunes (2016):

Ideb é uma sigla que significa Índice do Desenvolvimento da Educação Básica e o Enem é o equivalente para o Exame Nacional do Ensino Médio. Estar atento e se envolver com esses resultados são direito e obrigações de toda mãe e de todo pai. São índices públicos e de fácil consulta que as escolas ruins fazem com vaidade e justa presunção. Foram criados pelo governo federal e representam iniciativa nunca antes colocada em prática, de reunir por meio de um indicador único dois conceitos fundamentais para se avaliar a qualidade da educação envolvida por uma escola: a frequência dos alunos e seu fluxo escolar e suas médias de desempenho nas avaliações em provas oficiais e não somente as que são preparadas pelos respectivos professores (ANTUNES, 2016, P.69).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, que realiza regularmente avaliações do desempenho dos estudantes brasileiros, ele afirma que o Brasil caiu na classificação internacional nos últimos anos e levaria 240 anos para atingir o nível obtido pelos estudantes da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Ele participa também de avaliações internacionais que permitem comparar o desempenho de nossos estudantes com o de outros países.

Devido ao fracasso escolar que é apontado por níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e cálculo), o Ministério da Educação, Estados e Municípios veem trazendo estratégias de implementação de programas, como: Programa Mais Alfabetização, Pacto Nacional pelo Fortalecimento

do Ensino Médio, Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa, Novo Mais Educação, Formação Continuada para Professores, Livros e materiais para escolas, estudantes e professores, entre outros.

A LDB, Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996, determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo com meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Para atender a lei e melhorar o índice de desempenho dos alunos nessas habilidades básicas, o estado do Amapá, em 2017, lançou a implementação do Programa de Aprendizagem do Amapá-PAAP, que busca avançar nos níveis de aprendizagem e equidade dos alunos amapaenses em língua portuguesa e matemática.

O programa envolve várias estratégias, com foco na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Ele oferta de material didático adaptados à realidade do estado, processos formativos de equipes, protocolos de monitoramento e assessoramento, até avaliações ao logo do ano letivo. E recentemente, instituiu-se, a bolsa de incentivo para os profissionais que atuam no Programa de Formação Continuada, além das premiações para as escolas que atingirem as metas estabelecidas do Programa de Alfabetização do Amapá. Isso tudo com parceria do estado do Ceará, “visto que hoje, o Ceará apresenta os melhores resultados de educação no país”.

No livro da proposta didática para alfabetizar letrando do Estado, a ex-coordenadora do programa, Martins citada por Simonetti (2018), relata que foi feito uma parceria com o Estado do Ceará, o qual ganha destaque entre os que têm melhores resultados na área da educação, pois acreditam na metodologia do programa que o estado tem – Mais Paic – a qual é inovadora, de fácil aplicabilidade e que respeita as diversidades, o meio ambiente e valoriza a cultura local.

Outrossim, a nível nacional, seguindo a estratégia de melhorar a aprendizagem, em 2017 foi homologado pelo MEC a Base Nacional Comum – BNCC, que é um documento de caráter normativo, que estabelece 10 competências gerais para nortear as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares, assegurando os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica. Ela vem abordando o desenvolvimento, não só cognitivos, mas qualidades humana e habilidades que preparam as pessoas para a vida, que preparam os alunos, não só para o dia de hoje, mas para o futuro de mundo globalizado. De acordo com o MEC:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p. 07).

Entre várias abordagens, o documento amplia a ideia de como deve-se trabalhar a linguagem na sala de aula, traz a necessidade de gêneros textuais digitais e o empoderamento do seu próprio uso, enfatizando uma nova maneira de ler e escrever, na dimensão dos hipertextos, em um ambiente digital.

De acordo com Pischetola (2016):

A competência alfabética inclui não apenas a capacidade de ler e escrever, mas o desenvolvimento de novas habilidades de comunicação, categorias de pensamento, linguagem, decorrentes da utilização das TICs e, em especial, do computador e da web [...] (PISCHETOLA, 2016, p. 42).

É nessa conjuntura, que há, a necessidade de novas habilidades de leitura. Alfabetizar na perspectiva dos multiletramentos, ou na pedagogia dos multiletramentos, como já vem sendo abordado, traz uso da linguagem nas práticas de ferramentas como textos multimodais e multissemióticos no ciberespaço. É a comunicação de uma forma mais expandida, ajudando o aluno a desenvolver sua capacidade sociocultural, tornando-o mais comunicativo e atualizado. Na atualidade, os textos vêm agregados com muitas informações, imagens e sons tudo junto, dando ao aluno, uma nova compreensão de como ler.

O termo multiletramentos, também conhecido como letramentos múltiplos, surgiu para dar destaque, não só a cultura de gêneros valorizada pela escola, mas a cultura de gêneros local, valorizando a diversidade local e as novas linguagens. A intenção é usar as novas ferramentas (tecnologia), abordando um novo jeito de escrever e essa nova maneira de letrar. O letramento, entendido como prática de leitura e escrita de forma linear, não dá conta de envolver o conjunto de possibilidade de novas tecnologia.

Rojo, (2009) aponta:

O conceito de *letramentos múltiplos* é ainda um conceito complexo e muitas vezes ambíguo, pois envolve, além da questão da multissemiiose ou multimodalidade das mídias digitais que lhe deu origem, pelo menos duas facetas: a *multiplicidade de práticas* de letramento que circulam em diferentes esperas da sociedade e a *multiculturalidade*, isto é, o fator de que diferentes culturas locais vivem essas práticas de maneira diferente (ROJO, 2009, p. 108-109).

Nesse sentido, apoderar-se dessas novas ferramentas requer uma serie de conhecimentos, um aprendizado mais significativo e eficiente. Para esse viés indaga-se: Como se aprende? Como se ensina? O que é aprendizagem?

Apesar da conceituação de aprendizagem ser complexa, pode-se dizer que, quando há uma mudança de comportamento, de pensamento, de sentimento em um sujeito, perante uma determina situação, que poderá ser adquirida de diversas maneiras, (estudos, experiências, observações) supõem-se que houve uma aprendizagem, que não necessariamente, deverá ser a ideal ou a correta. Mas, que tem a tendência de desenvolver e evoluir o ser humano e os animais.

Segundo Vygotsky (1994):

[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VYGOTSKY, 1994, p. 118).

Diferente dos animais, que não necessariamente precisam ter ajuda, a aprendizagem aos seres humanos, precisa ser orientada e fomentada. A historicidade do termo aprendizagem gira em torno de diferentes perspectivas teóricas ao longo do tempo, trazendo abordagens, tradicionais, comportamentalista, cognitivistas e humanista.

A aprendizagem em uma abordagem tradicional, significa apreender-se de informações, repetições de conceito e memorização. Nesse processo de aprendizagem o sujeito é um mero receptor do conhecimento repassado pelo professor que os transferiu.

Segundo Mizukami (1986) nessa abordagem:

Atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está adquirindo conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico (MIZUKAMI, 1986. p.11).

Em uma visão cognitivista, na qual é considerado que o sujeito não é um ser passivo no processo de aprendizagem, ela enfatiza o processo cognitivo em uma linha científica, além de estudar a interação do sujeito com o meio, leva em conta a representação mental e como acontece o processamento das informações. Corroborando neste sentido, Michael Gazzaniga e Heatherton Todd (2005) dizem que:

A aprendizagem é uma mudança relativamente duradoura de comportamento resultante da experiência, ela ocorre quando os organismos se beneficiam da experiência para que seus futuros comportamentos sejam mais bem adaptados ao ambiente (GAZZANIGA E TODD, 2005, p. 183).

Para a abordagem comportamentalista, o processo de aprendizagem, dependerá do contexto que o sujeito está inserido, estudantes por exemplo, inseridos a um meio salubre, aprendizagem responderá a estímulos condicionados positivos, em contraposição, se estiver em um meio inapropriado o inverso poderá acontecer. Em uma ênfase na aprendizagem ambientalista, Teixeira (2007) aponta: “o Behaviorismo dedica-se ao estudo das interações entre o indivíduo e o ambiente, entre as ações do indivíduo (suas respostas) e o ambiente (as estimulações)” (TEIXEIRA, 2007, p.45). Essa linha, enfatiza os estímulos como sendo fundamentais à aprendizagem, o sujeito é levado a dar a resposta tal como foi repassado, modelando seu comportamento através do condicionamento, ignorando cognitivo a e interação.

Segundo Lefrançois (2008):

Embora não estejamos sempre atentos a isso, o condicionamento clássico, especialmente o das respostas emocionais, ocorre em todas as escolas, todo o tempo. Pelo menos em parte, é por meio dos processos não conscientes do condicionamento clássico que os estudantes vêm a gostar ou desgostar da escola, dos professores e de determinadas matérias (LEFRANÇOIS, 2008, p. 44).

Como principais referências na abordagem humanista, tem-se; Cal Rogers (1902-1987), Abraham Maslow (1908-1970) e Paulo Freire (1921-1997). Os quais valorizam o sujeito como principal produto do conhecimento. Para Paulo Freire (1996), a aprendizagem é aquela que transforma: “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo (FREIRE, 1996, p. 26).”

Assim como o conceito de aprendizagem veio mudando e se ampliando com o tempo, a alfabetização também passou por mudanças no modo de ensinar e aprender, embora muitos ainda permaneçam os mesmos, apesar dos aportes que outras áreas do conhecimento como da psicologia, fonodiológica e neurociência trouxeram ao processo de alfabetização.

A neurociência traz grandes contribuições para a elaboração de estratégias educacionais sobre o desenvolvimento cognitivo, pois ajuda a entender como o cérebro aprende. Essas contribuições podem ser utilizadas em associação com a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (2002) e com a Psicogênese da língua escrita de Ferreiro e Teberosky (1979).

Tanto a neurociência como a psicologia cognitiva, se preocupam em atender a aprendizagem, só que com focos diferentes. A 1ª observa as alterações do cérebro durante o funcionamento. A 2ª foca os significados, analisa como o indivíduo percebe, interpreta e utiliza o conhecimento.

Contudo, de acordo com os dados da Organização para a cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o ranking do Brasil está atrás de mais 50 países. No Programa Nacional de Avaliação de Estudante (PISA), entre as 77 nações avaliadas, o Brasil ocupa 57º lugar em leitura e 74º em matemática, ficando estagnado nessa posição. Como se pode perceber, não temos resultados satisfatório, porém, chega a ser alarmante, pelo fato que isso não é de hoje, já vem se arrastando a muito tempo. O que realmente precisa ser feito para que escola deixe de ser esse fracasso? Quais são as dificuldades encontradas no processo ensino aprendizagem?

De acordo com a Carvalho (2015):

Entre as condições sociais que explicam a persistência do analfabetismo no limiar do século XXI, podemos destacar: pobreza e desemprego, que impedem as famílias de mandarem seus filhos à escola, ou mantê-los ali; trabalho infantil (dentro e fora de escola); qualidade insatisfatória de alguns sistemas educacionais e escolas municipais e estaduais; confusão entre campanha (necessariamente emergencial e provisória) e política de alfabetização (que deve ser permanente) (CARVALHO, 2015, p. 66).

Para pensar nas dificuldades de aprendizagem dos alunos no âmbito escolar é importante destacar fatores de origem interna e externa a escola, fatores que influenciam o desenvolvimento integral do alunado. Nessa perspectiva, Soares (2018) afirma que:

São discutidos os fatores responsáveis pela qualidade do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; entre outros: a natureza de paradigmas

curriculares e metodológicos; a interferência de fatores intra e extraescolares na aquisição da língua escrita; a adequação ou inadequação do equipamento escolar e do material didático de alfabetização; a competência ou incompetência do professor alfabetizador; a definição do tempo de aprendizagem necessário para o domínio da leitura e da escrita, quer em termo de duração em anos do processo de alfabetização, quer em termos de horas-aula por dia etc. (SOARES, 2018, p.52 - 53).

Neste viés, tem-se perguntado: Qual aluno queremos formar? A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no seu primeiro capítulo introdutório, traz essa indagação e já define qual seria esse cidadão - quer formar jovens de modo integral, capazes de lidar com desafios individuais e coletivos - e também já pontua orientações as escolas de como mediar isso. De acordo com a Base, o professor deverá desenvolver novas competências, garantir os direitos de aprendizagem e colocar na pedagogia, diferentes práticas. A questão surge a partir dos desafios que o mundo contemporâneo traz, como o da necessidade de preparar as novas gerações para o futuro. Para Perez (2018): “É preciso proporcionar às crianças e aos jovens, condições para que possam desenvolver-se integralmente nas dimensões intelectuais, físicas, afetivas, sociais e culturais [...]” (PEREZ, 2018, p. 17).

As mudanças de paradigmas e o desenvolvimento tecnológico, implica em um pensar a prática e em um redimensionamento da formação do professor. Sabe-se que a ação do docente, é um dos fatores determinante para a aquisição da leitura e escrita, que contribui para melhora da qualidade da aprendizagem, apesar de que ela sozinha, não garante grandes resultados. Mas, com o compromisso dos professores em viabilizar e mediar o desenvolvimento integral dos discentes, as dimensões cognitivas, sociais e mentais, tendem a melhorar.

Considerações finais

Os modelos pedagógicos (memorização, repetição) têm se mostrado insuficientes para atender a demanda social contemporânea de conhecimento, devido a progressiva aceleração dos avanços tecnológicos. Há uma necessidade de familiarizar os profissionais da educação como os conhecimentos referentes a esses processos, utilizando as suas contribuições para tornar a aprendizagem mais eficaz. Pois muitos desconhecem ou acreditam ser pouco relevante.

Sem dúvida podemos perceber que ao longo da trajetória da alfabetização, obteve-se muitos avanços em termos de teorias sobre o processo de ensino e aprendizagem, resta-nos refletir se na prática tem-se avaliado todos esses avanços. Se houve, por que o rendimento dos discentes ainda se encontra em um grau elevado de dificuldade em muitos municípios brasileiros?

É preciso que as políticas públicas estaduais e municipais, busquem avaliar melhor as premissas aqui descritas, e proponham capacitações continuadas mais adequadas na formação dos educadores da Educação Básica.

Referências

- ANTUNES, Celso. **Educar em um mundo interconectado**: um livro para pais e professores. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996
- AUSUBEL, D. **Aquisição e retenção de conhecimentos: Uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Editora Plátano, 2003.
- BRASIL, LDB: **Lei de diretrizes e base da educação nacional**. 2 ed. Brasília: Senado federal, Coordenação de Edições Técnica, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC/publicação.pdf>>. Acesso em: 25. nov. 2019.
- BERNARDES, Vanessa Cuba. **Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925)**: atuação e produção para o ensino da leitura. In: MORTATTI, Maria do R. Longo. et al. (Org). **Sujeito da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2015.
- CARVALHO, Marlene. **Alfabetiza e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre; Artes Médicas, 2007 (original de 1979, Los sistemas de escritura em el desarrollo del niño).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GAZZANIGA, Michael; TODD Heatherton. **Ciência psicológica**: mente, cérebro e comportamento. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da Aprendizagem**. Traduzido por Vera. Magyar. 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MELO, E.P.C.B.N. **PNAIC**: uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
- MORAIS, Arthur Gomes de. **Consciência fonológica e aprendizado da escrita alfabética**: como ver esta relação quando desejamos alfabetizar numa perspectiva de letramento? Conferência: alfabetização e letramento: questões teóricas e práticas, II Seminário Internacional de Educação do Ceará, Fortaleza, 2004
- MORAIS, José. **Criar leitores**: para professores e educadores. 1 edição. São Paulo: Manole, 2013.
- MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de

Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf> Acesso em: 07 fevereiro 2020.

PERAZ, Tereza. Org. **BNCC: a base nacional comum curricular na prática da gestão escolar e pedagógica**. São Paulo: Moderna, 2018.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio, 2016.

ROJO, Roxane. **Letramentos Múltiplos, escola e inclusão**. 1 edição. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 18ª ed. São Paulo: Contexto, 2017

_____. **Alfabetização e letramento**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Glauco de Souza. Espaço de aprendizagem. In: Bacich, Lilian. NETO, Adolfo Tanzi. TREVISANI, Fernando de Mello. (Org). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

SIMONETTI, Amália. **Proposta Didática para Alfabetizar Letrando**. Fortaleza: SEDUC, 2018.

TERRA, Ermani. **Práticas de leitura e escrita**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2019.

VYGOTSKY, Liev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

•

Como citar este artigo (Formato ABNT):

LOBATO, Alessandra de Jesus; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Concepções Históricas da Alfabetização na Leitura e Escrita no contexto das escolas públicas. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 227-241. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 31/03/2020.

Aceito: 05/04/2020